

ENTRE A RUA E A CALÇADA: A PRESENÇA DE CRIANÇAS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

BETWEEN THE ROAD AND SIDEWALK: THE PRESENCE OF CHILDREN IN THE URBANIZATION PROCESS IN SAO PAULO CITY

Maria Cristina Stello Leite 1

Resumo: O presente texto surge como parte de uma pesquisa em que a busca pela presença das crianças no processo de urbanização da cidade de São Paulo ocorreu também por meio da consulta de documentos do poder legislativo do município correspondentes à primeira década do século XX. Na consulta aos documentos foi possível verificar entre as falas de vereadores e prefeito, registradas em atas, a crescente moralização do espaço urbano, resultado da homogeneização sobre os usos da cidade demandada pela produção e reprodução do capital. Entre a rua e a calçada, é uma referência aos projetos de reformas urbanas que tinham como objetivo ordenar o movimento de pessoas, animais e máquinas nas vias públicas, e suas consequências sobre o modo como a presença e a ausência de crianças encontrava-se sob disputa, em especial no perímetro central de São Paulo.

Palavras-chave: Cidade. Crianças. Urbanismo. São Paulo.

Abstract: The present work is part of a research in which the search for the presence of children throughout the urbanization process occurred in São Paulo city counted as well on documents from the first decade of the 20th century provided by the city's legislative power. During the consultation of these documents it was noticed the increasing moralization of urban space identified in recorded speeches given by the mayor and city's counsellors. Such moralization would be the result of homogenization in the uses of the city demanded by capital's production and reproduction. Between the road and sidewalk is a reference to urban reform projects that aimed to put in order the passing of people, animals and machines on public roads, and their consequences on how the presence and absence of children remained under tension, especially in the central perimeter of São Paulo.

Keywords: City. Children. Urbanization. São Paulo.

Introdução

A proposta de “Entre a rua e a calçada” surge a partir dos achados de pesquisa por entre os documentos do legislativo municipal na busca por identificar a presença de crianças no processo de urbanização da cidade de São Paulo, que se intensificou na virada do século XX e que carregava certas especificidades. O interesse é contribuir com o campo das discussões que buscam relacionar infâncias e cidade, recorrendo ao diálogo entre diferentes fontes documentais. No entanto, primeiramente, faz-se relevante apresentar brevemente o ponto de partida, uma vez que esse permite compreender o recorte histórico realizado diante dos arquivos pesquisados. A proposta de colocar em diálogo diferentes fontes documentais compôs parte fundamental da metodologia de pesquisa para a tese de doutorado¹. Tal necessidade surgiu a partir do interesse despertado diante de um conjunto de fotografias datadas dos anos iniciais do século XX e de autoria de Vincenzo Pastore, um imigrante italiano e fotógrafo profissional que residiu na cidade de São Paulo entre os anos de 1890 e 1918². Entre as fotografias de Pastore, meu olhar foi capturado por imagens que contam sobre a presença de crianças no espaço público urbano da cidade e, movida pelo desejo de querer conhecer sobre elas, fez-se necessário relacionar diferentes fontes documentais como meio de saber tanto sobre as crianças quanto sobre a cidade.

Nesse movimento que a pesquisa nos impulsiona, encontrei nas Atas da Câmara Municipal importante arquivo do poder legislativo, com sessões datadas do período das fotografias de Pastore, entre os anos de 1900 a 1910, que permitiram acompanhar debates entre os vereadores e algumas vezes com o próprio prefeito onde diferentes pontos de vistas foram expostos diante de temas que abrangiam o processo de urbanização de São Paulo³. Ao ler os extensos recortes das sessões foi possível acompanhar as discussões registradas nas atas que se diferenciavam entre projetos de lei, indicações, emendas, pareceres de comissões que fomentavam debates e que muitas vezes antecederiam tomadas de decisões políticas, esclarecimentos e contrapontos a leis em vigor. Nesse sentido, essa fonte histórica se mostrou profícua para se identificar diferentes pontos de vistas e interesses sobre o espaço urbano, procurando a presença de crianças no processo de urbanização da cidade nas entrelinhas. Partindo do pressuposto que espaço construído e espaço social estão intrinsecamente ligados, compreende-se aqui a cidade como artefato, segundo Heloisa Barbuy, “cujas características são moldadas pelos atores sociais envolvidos tanto quanto pelas concepções intelectuais e políticas que informavam os novos direcionamentos urbanísticos oficiais” (BARBUY, 2006, p.34). Sendo assim, os achados no arquivo legislativo se mostraram pertinentes para se conhecer sobre a presença das crianças e também ausência delas na produção social do espaço da cidade.

Lendo as Atas da Câmara foi possível verificar a forte presença de debates em torno das reformas ou obras de melhorias urbanas, e que na defesa ou recusa pelas palavras dos vereadores e do prefeito, projetos de cidade se delineavam. Destaco que o primeiro prefeito da cidade de São Paulo, Conselheiro Antonio Prado, permaneceu no cargo doze anos, entre 1899 e 1911, o que significa que o período consultado nas atas esteve sob o governo de uma mesma pessoa. No entanto, num primeiro momento foram encontradas as disputas sobre o espaço da cidade e os protagonistas destas reformas para, em um segundo momento, encontrar debates em torno daquilo que denomino como sendo a privatização das crianças em detrimento ao direito à cidade. Privatização essa que diz respeito ao processo de moralização do espaço público com a crescente expulsão das crianças em direção aos espaços privados, como a casa, o orfanato, a fábrica, a prisão ou casas de correção. Será nessa ordem, e que dialogam entre si, que apresento as reflexões oriundas destas fontes documentais. Tendo como pressuposto que corpos humanos podem revelar o ritmo das mudanças na vida social da cidade (FREHSE, 2016), e os trechos retirados dos documentos do legislativo municipal se mostraram como uma possibilidade na investigação quanto

1 Pesquisa de doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo no ano de 2021, com o título Crianças na cidade: registros no processo de urbanização de São Paulo pelas fotografias de Vincenzo Pastore (1900-1910).

2 Para acessar uma breve biografia sobre Vincenzo Pastore (1865-1918), acessar o site brasilianafotografica.bn.br.

3 Os arquivos foram digitalizados e estão disponíveis no site do Arquivo Municipal da cidade de São Paulo, assim como os exemplares impressos estão disponíveis na biblioteca do Arquivo. Agradeço aos funcionários que me orientaram a como realizar a consulta nos documentos, e mesmo com a facilidade do acesso digital o contato com profissionais especializados trouxe outras possibilidades de busca.

às transformações sobre a presença das crianças no espaço urbano no início do século XX.

Crianças na rua: reformando medos e desejos

A rua de S. Bento tem a largura de sete metros; o transito de vehiculos occupa-lhe todo o espaço; diariamente se dão choques entre vehiculos, e há pouco tempo uma senhora que por alli passava com uma criança quasi que a viu morrer debaixo das rodas de um bonde... (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1907a)

Em uma discussão presente nas Atas da Câmara, entre vereadores e prefeito, referente a um ofício que solicitava o alargamento da rua São Bento encontra-se nas entrelinhas o impasse entre a presença das crianças nas ruas e as reformas urbanas demandadas pelos anseios em corresponder aos interesses do mercado capitalista internacional. O trecho transcrito, assim como o pedido de alargamento da rua, eram de autoria do vereador Candido Motta que, diante de uma solicitação de reconsideração do prefeito quanto a aprovação da obra, retoma as discussões em defesa do ofício. Em resposta ao relato da criança quase atropelada pelo bonde, prossegue o diálogo no documento

O Sr. Corrêa Dias – Então, é o caso de se proibir o transito, mas não de alargar a rua.

O Sr. Candido Motta – Porque? Si podemos reunir o útil ao agradável...

O Sr. Corrêa Dias – O collega mesmo já uma vez pediu a proibição do transito por alli. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1907a)

A discussão prossegue por algumas páginas, e a argumentação de Candido Motta enfatiza ser possível alargar⁴ a rua e manter um trânsito livre e seguro, mantendo os investimentos públicos em melhorias urbanas no centro histórico da cidade. Contudo, quem desfrutaria de um trânsito livre e seguro após o alargamento da via? A criança que foi parar debaixo das rodas ou o bonde? Esse não foi um caso único. Os chamados abalroamentos ou colisões eram bastante comuns no período, especialmente entre bondes e carroças e que eram acidentes noticiados frequentemente pela imprensa, como nos jornais *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*. Acidentes esses mencionados por Carlos Santos ao tratar da vulnerabilidade dos carroceiros, ofício exercido pela população pobre da cidade e vista muitas vezes como um obstáculo à ordem urbana imposta pelos bondes (2008, p.139). Nesse sentido, Candido Motta recorria da fragilidade da criança para expor o perigo da rua e por isso o necessário alargamento e, no entanto, sua argumentação é contraposta à fala de Corrêa Dias ao sugerir a proibição do trânsito local como forma de tornar a via mais segura.

A criança surge na discussão como ponto frágil da urbanização e medida para se problematizar os projetos de melhoramentos que visavam alargamento de ruas, mesmo que demagogicamente, uma vez que não foi levada a diante como assunto principal. Da mesma forma, é recorrente em sessões registradas nas atas do período, pedidos de calçamento de ruas, inexistente em determinados bairros, especialmente naqueles que não se configuravam como parte do perímetro central. Chama atenção o quanto calçamentos e alargamentos tornaram-se elementos importantes das transformações da cidade, indicando o lugar e o ritmo a ser ocupado por bondes e pessoas no espaço público. Ao pesquisar sobre acidentes de bondes na primeira década do século XX encontram-se inúmeros casos de colisões entre pessoas e veículos, com um aumento de notícias a partir de 1909 envolvendo crianças, como é possível de verificar no acervo

4 O alargamento de ruas no início do século XX era parte importante do processo de urbanização e que também se respaldava em um discurso médico referente à necessidade de abrir as vias públicas para que o ar circulasse, impedindo a formação dos chamados miasmas. A denominada teoria miasmática explicava o conjunto de odores provenientes de matéria orgânica em decomposição como fonte de doença, sendo as vias largas, e abertas, forma de fazer circular o ar.

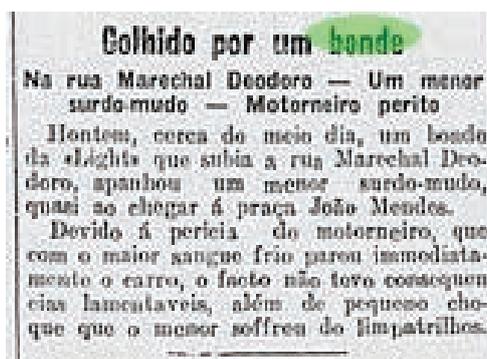
do jornal *Correio Paulistano*.

Figura 1: Excerto da seção Factos Diversos do jornal *Correio Paulistano*. 19/09/1909



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Figura 2: Excerto da seção Factos Diversos do jornal *Correio Paulistano*. 17/11/1909



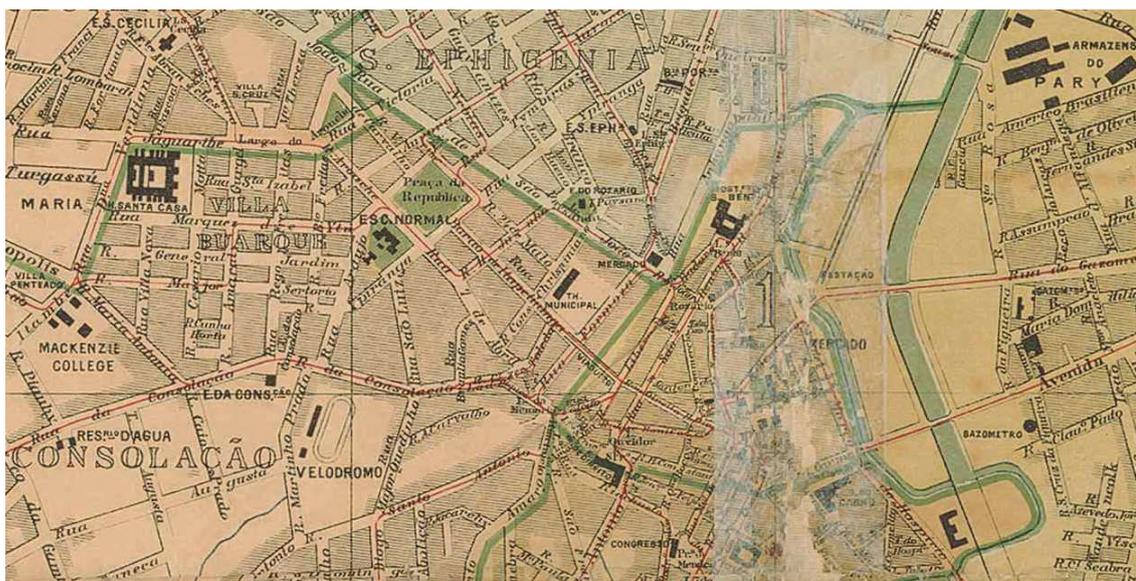
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Os bondes elétricos, referenciados em imagens de cartões postais como símbolos da modernização da cidade de São Paulo, encontravam nas crianças corpos frágeis que atrapalhavam o trânsito “livre e seguro” da rua. Do ponto de vista dos pedestres, podemos dizer que as ruas estavam se constituindo como lugar de perigo (para crianças e também para adultos/as), pois eles deveriam estar atentos aos sons e marcas visuais, como placas e trilhos, que anunciavam a proximidade do bonde.

No exemplo, mencionado pelo vereador Candido Motta, da criança que quase foi parar debaixo da roda do bonde, verifica-se que os objetivos dos projetos de alargamento das ruas consistem em contribuir com o trânsito e comércio do local, estes sim precisavam estar livres e seguros para atrair investimentos. No caso relatado também chama a atenção que a criança que corre perigo não estava sozinha. Trata-se de criança acompanhada por uma senhora, uma adulta, e que andava por uma rua do perímetro central. A ênfase sobre o modo da criança “acidentada”

estar na rua, se sozinha, com outras crianças ou acompanhada de adulto/a, mostrou-se ao longo da pesquisa em periódicos como um fator relevante de análise. Estar acompanhada de adulto/a parece ser determinante para o uso da palavra criança. Para o uso da palavra “menor”, no entanto, não consegui identificar um padrão e tão pouco encontrei alguma explicação ou justificativa dentro dos jornais para a distinção no uso do termo. Chama atenção que fazer referência à criança acompanhada de adulto/a reforça a ideia de fragilidade quando no espaço público.

Figura 3: Excerto da Planta Geral da Cidade de São Paulo - 1905⁵



Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC

Enquanto a defesa do vereador Candido Motta voltava-se para o investimento em obras de melhoria em ruas do centro histórico da cidade, representando interesses daqueles que ali habitavam e/ou tinham negócios, o prefeito Antônio Prado apresentava em seus argumentos um movimento na direção da Praça da República como alvo dos esforços de urbanização de São Paulo. Como é possível observar no mapa, o Viaduto do Chá é o acesso que liga as ruas do triângulo à rua Barão de Itapetininga, entre o Teatro Municipal e a Praça da República, no sentido do que era denominado como “Nova Cidade” e que se avizinhava dos bairros de Higienópolis e Campos Elíseos, este último sendo local de residência da família Prado. Bairros estes que desde a virada do século já abrigavam a elite do café, com seus palacetes e ruas arborizadas, distantes dos alagamentos recorrentes do perímetro central ocasionados no período das chuvas quando os rios ainda não haviam sido retificados.

Nas palavras do prefeito o “centro da cidade não é susceptível de embelezamento” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1907a), e, por isso, sua defesa da beleza tornava-se uma das principais condicionantes quanto à argumentação sobre uma reforma e, conseqüentemente, do direcionamento de verbas. Ademais, a expressão nesse contexto refere-se à ação de tornar verbo de tornar bela a cidade, *embelezamento*. Assim como *aformosear* era recorrente no vocabulário do prefeito, evidenciando uma concepção de estética urbana que se sustentava na materialidade de prédios e espaços livres e ajardinados onde certos grupos sociais e etários tornavam-se protagonistas do espetáculo enquanto outros eram “excluídos” do palco. Nesse sentido, responde o então prefeito ao vereador Candido Motta

5 Ao centro da imagem é possível identificar o Triângulo Histórico com as ruas Direita, São Bento e XV de Novembro.

Entretanto, eu devo dizer que absolutamente não sou contrario a essas medidas que tem por fim ou embelezar a cidade ou facilitar o trânsito nas ruas; mas em relação ao alargamento da rua S. Bento, devo dizer que a medida me pareceu inteiramente inútil, pois não posso crer que a Camara tem em vista fazer melhoramentos alli com um espaço de cinco metros.

E' evidente que isto não dá para o embelezamento da cidade. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1907a)

Antes de mera expressão ao acaso, como mencionado anteriormente, *embelezar* a cidade era termo presente e constante nos discursos presente nas Atas da Câmara, e diante da escassez de recursos o prefeito enfatiza ter como objetivos os serviços de limpeza pública, o saneamento da cidade e o embelezamento dos bairros⁶. Partindo do pressuposto que espaço construído e espaço social estão intrinsecamente ligados, é possível compreender a cidade como artefato “cujas características são moldadas pelos atores sociais envolvidos tanto quanto pelas concepções intelectuais e políticas que informavam os novos direcionamentos urbanísticos oficiais” (BARBUY, 2006, p.34).

Autores como Roberto Schwarz (2014) chamaram a atenção para o tipo de modernização pela qual o país passou intensamente no início do século XX e identificando certas ideias como estando “fora do lugar” em referência ao desejo de se europeizar. Ideias influenciadas por uma concepção de evolucionismo social que fazia soar “natural” o Brasil, de origem colonial, seguir as etapas de desenvolvimento dos países europeus, mesmo que com bastante atraso. A certeza de haver um caminho a ser percorrido desconsiderava as incompatibilidades de passado e de apropriação das ideias de progresso e civilização, uma vez que a existência das colônias era parte fundamental do capitalismo industrial e essencial no desenvolvimento das metrópoles européias. Talvez “fora do lugar” também estivessem as crianças entre as idéias que sustentavam (e ainda sustentam) as reformas urbanas de cunho modernizadoras, expulsas da rua que abria espaço para o movimento acelerado das máquinas. Desta forma, educar para a vida na metrópole significava coibir práticas e gestos corporais que colidiam com o progresso.

Como contraponto aos desejos e projetos de embelezar a cidade, o vereador Celso Garcia chamava atenção para o fato de que algumas partes da cidade estavam sendo privilegiadas no uso do orçamento em detrimento de outras⁷. Prosseguiu o vereador na fala defendendo ser dever do poder público privilegiar os mais pobres. Independente de como pode soar demagógico um discurso a favor dos mais pobres quando não há nenhum representante dos grupos sociais ao qual se referem, as disputas desiguais pelo espaço urbano se mostram intensas em um contexto de transformações da cidade. Segundo Celso Garcia, “Tem havido mesmo excesso de despesas em favor de uma parte da cidade, com prejuízo de bairros que precisam de melhoramentos” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1907a).

Tal fala do vereador vem sucedida pelo argumento de que o *embelezamento* da rua Barão de Itapetininga e da região da Praça da República não podem acontecer em prejuízo das partes antigas, e o alargamento da rua São Bento poderia incentivar os proprietários dos prédios antigos a reconstruírem e melhorarem as edificações. Passado, presente e futuro se confrontam nas disputas pela cidade, e alguns grupos (seja pelo lugar que ocupam na urbe seja pelo grupo social ao qual pertencem) foram (e ainda são) beneficiados das reformas urbanas em detrimento de outros. Assim, é possível localizar as crianças no grupo dos que perderam quando temos em vista a sua

6 Na sessão ordinária do dia 17 de dezembro de 1910, expressões como melhoramento da cidade, transformação progressiva e aformoseamento são utilizadas para se referir às obras empreitadas pelo prefeito. Obras estas que tinham como objetivo “realçar a estética de sua (cidade de São Paulo) excepcional topografia”.

7 Em sessão do dia vinte de julho de 1907, o vereador Celso Garcia ao se indignar com a desigual distribuição dos serviços da prefeitura propõe uma comissão para estudar tal desigualdade. Em tom de ameaça afirma que levará consigo um fotógrafo para registrar ruas que não possuem melhoramentos nenhum e que “Publicarei depois pela imprensa os clichês dessas photographias para que se veja que eu tinha razão quando reclamei desta tribuna.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1907a)

presença no espaço público do contexto dos *melhoramentos*. Se a rua não é lugar seguro e livre para crianças, privatizar significa, então, identificar em lugares fechados, e cercados, como ideais de educação para a vida nas cidades, como veremos a seguir.

Numa discussão que deveria tratar da decisão de iniciar ou não obras de alargamento em uma rua da cidade, diferentes elementos surgem para uma reflexão a respeito das concepções que sustentaram as obras urbanas do período e de que forma os diferentes grupos sociais se faziam ou não presentes na disputa pela cidade. As marcas das crianças surgem como corpos que precisavam ter seus ritmos harmonizados ao da velocidade das máquinas.

Procurou-se demonstrar até aqui como a noção de beleza presente nas discussões registradas pelas Atas da Câmara se expressa em oposição ao que é feio, ao que não é identificado como moderno e símbolo de civilização. Assim, a tese de Walter Benjamin referente à história contada pelos vencedores, materializadas no espaço público por meio de monumentos, estátuas, nomes de ruas e viadutos, por exemplo, é um estímulo para revirmos o passado quantas vezes forem necessárias diante de questões do presente. E se “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”, segundo Benjamin (1994, p.225), há na fala dos legisladores indícios de um processo de transmissão cultural violento que encontrava nas crianças corpos a serem disputados e educados a partir de interesses que lhes eram alheios.

Na calçada: crianças e o direito à cidade

Na calçada, faz-se referência ao lugar que deve ser ocupado por aqueles que se fazem presentes no espaço público. Diante da cidade monumental de prédios suntuosos, ruas largas, com vitrines expondo serviços e mercadorias na região central da capital paulista, a presença de algumas crianças nos espaços públicos estava associada aos parques e jardins, enquanto para outras, o Instituto Disciplinar, as casas de correção e/ou os orfanatos. São Paulo na virada do século XX vivia intenso crescimento urbano com a chegada de imigrantes e com os ganhos econômicos advindos da comercialização do café. Para atender novas demandas da vida social, legisladores atribuíam às reformas urbanas valores vinculados à industrialização, como exaltação do progresso e do papel da ciência e da técnica. Com a chegada de diferentes grupos sociais, de costumes e hábitos os mais distintos, os mais variados modos de organização familiar e de cuidados para com as crianças passavam a ser alvo de crescente moralização.

É possível supor que os cuidados despendidos às crianças se distinguiam a depender da origem social e cultural, implicando no trato com a saúde, com a educação/ instrução e com as expectativas sobre o futuro delas. Questões estas que não poderiam ser problematizadas na ausência de uma relação com um projeto de cidade. Num contexto mais amplo, também há novos significados sociais sobre as crianças e aquilo que caracterizaria a infância dentro das cidades modernas. Não à toa, o século XX é denominado por muitos estudiosos como o “século da criança”, ou então “o adulto em gestação”, segundo Mary Del Priore (1991). Ademais, a organização familiar passou nesse século por grandes transformações com a emergência da vida privada e da intimidade.

Assim como a cidade, os habitantes dela também se tornavam alvos de disputas. Essas disputas buscavam delimitar não apenas os sujeitos que poderiam participar do espaço público, mas também a forma de se fazer presente nesse espaço. Nesta perspectiva, a compreensão da criança como tabula rasa e ser moldável sustentava filosoficamente os conhecimentos produzidos pelos mais diferentes campos científicos. Conhecimentos produzidos pela medicina, psicologia, pedagogia, sociologia, por juristas e higienistas que propunham “técnicas” para “o melhor” desenvolvimento das crianças, sempre associada à sociedade desejada. Saindo do âmbito da família e da igreja, a criança se tornava no início do século XX cada vez mais assunto de interesse público do Estado, como pontua Irene Rizzini

A criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação; como ‘*chave para o futuro*’, um ser em formação – ‘*ductil e moldável*’ – que tanto pode ser transformada em ‘*homem de bem*’ (elemento útil

para o progresso da nação) ou num 'degenerado' (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos). (RIZZINI, 1997, p.25)

Numa discussão encontrada nas Atas da Câmara no ano de 1910 em que estava em pauta a aprovação do orçamento do município, alguns vereadores problematizavam a instrução primária de crianças pobres. Uma vez que o município concedia auxílio financeiro a estabelecimentos como asilos e orfanatos, o vereador Armando Prado questionava a qualidade do serviço ofertado, propondo uma lei em que o dinheiro estivesse condicionado a um relatório de fiscalização. Dessa forma, podemos dizer que a defesa de fiscalização pelo poder público pressupõe o interesse público em uniformizar a forma do cuidado ao mesmo tempo em que expurgava o diferente. No entanto, ficam ocultos das falas os interesses diversos sobre o apoio político de quem geria asilos e orfanatos como obra de assistência e caridade.

Segundo Armando Prado, estado e município não poderiam se eximir da obrigação de oferecer o serviço de assistência pública e instrução primária aos pobres, sendo a oferta por instituições de caráter religioso algo que se contrapunha a ideia de interesse público. Reforçando a falta de controle do município sobre as práticas dentro dos asilos e orfanatos, Armando Prado relatava o caso da menina Idalina⁸ que havia desaparecido misteriosamente do *Orphanato Cristovam Colombo* e que teve grande repercussão na imprensa.

É preciso que o Municipio comece desde logo a entrar no caminho da realização deste dever, não confiando o serviço de instrução primária às instituições isoladas, mas chamando a si o nobre encargo, construindo prédios, que não sejam semelhantes às escolas publicas que temos e que saibam como são organizadas. São bellos palácios, sumptuosos monumentos, onde só tem entrada os filhos dos ricos, daquellas pessoas que podem comprar bellos vestidos, bellos sapatos para suas crianças e podem enche-las de flores para os dias de anniversario dos professores. Nas escolas publicas não entram os filhos dos pobres. Os maltrapilhos são repellidos. E si quizerem instrucção, tem que procurar orphanatos, os asylos, onde muitas vezes a miséria é grande e vão passar fome. Porque? Porque são repellidos das escolas publicas, cujo fim era justamente o de dar instrucção primaria aos pobres. (Muito bem. Apoiados.) (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1910)

Apoiado por outros vereadores, a discussão de Armando Prado prosseguia no sentido de questionar os cuidados e instruções oferecidas às crianças pobres dentro das instituições que até então realizavam o serviço da "caridade". Os diferentes destinos dados às crianças são identificados a partir das instituições evidenciadas na fala do vereador, onde a escola pública aparece como lugar frequentado por filhos e filhas das camadas sociais privilegiadas. A oposição entre escola e asilo, nesse período, apresentava um caráter de classe social, como o próprio vereador apontava na diferenciação entre o tipo de educação direcionado "a pobres e filhos dos ricos". Essa diferenciação de classe possuía relação direta a forma de estar no espaço público. No caso da escola, o deslocamento das crianças pelas ruas ocorria cotidianamente. As crianças que frequentavam as escolas públicas faziam parte de camadas sociais que se adequavam ao modelo de família nuclear

8 O sumiço da menina Idalina Stamato, segundo Jacob Penteadó (2003, p.133-134), "foi um acontecimento que abalou a capital paulista, devido ao sensacionalismo de que se revestiu". Entre os acusados estava o diretor do orfanato, conhecido como padre Faustino. Gerando revolta entre a classe trabalhadora da indústria paulistana, vale ressaltar que o caso de Idalina fortaleceu reivindicações operárias em defesa de pão e escola para seus filhos e filhas.

condizente com as novas sociabilidades modernas. Tratava-se, pois, de conciliar instrução primária e vida doméstica, como aborda Michelle Perrot (2006, p.153) ao tratar das relações entre mães e filhos a partir do século XIX na França.

Justamente a estas crianças estavam destinados os belos prédios suntuosos que compunham a nova arquitetura da cidade, como a Escola Caetano de Campos, transferida para a Praça da República no ano de 1894. Na parte da cidade prejudicada pelo processo de urbanização, retomando a expressão de Celso Garcia, as camadas desfavorecidas têm suas crianças no meio-fio, entre a rua e a calçada, tomadas por instituições geridas por ordens religiosas e identificadas como órfãos, ou pelo Instituto Disciplinar quando ameaçavam a ordem vigente.

Antes de encerrar a fala, Armando Prado defende a importância de se colocar para a instrução primária dos pobres mestres inteligentes e de bom coração, aos quais ao se depararem com crianças malvestidas e descalças seja possível compreender ser “a mais nobre e a mais respeitável das criaturas.” Dessa forma, podemos dizer que as famílias das camadas pobres foram progressivamente estigmatizadas como incapazes de cuidar dos próprios filhos e filhas, por supostamente serem formadas por mães degeneradas que trabalhavam e estavam ausentes do lar, com pais viciados distantes do modelo do patriarca provedor. Na construção desse imaginário de precariedade da família em fornecer os cuidados necessários à prole, a presença de crianças nas ruas vai se constituindo lentamente como sinônimo da ausência parental e, por conseguinte, moral. Ignoravam-se as estratégias criadas pelas famílias pobres que contavam com a participação de pessoas e espaços nos cuidados com as crianças para além do modelo da casa unifamiliar. Segundo Vicente Faleiros (2011), o mito sobre as famílias pobres serviu de justificativa para a violenta intervenção do estado ao longo do século XX. Essa violência consistia na criação jurídica e de uma gama de situações que poderiam caracterizar a condição de abandono infantil. Dentre essas situações, estavam não possuir habitação adequada (e que no caso de São Paulo com centenas de cortiços seria difícil uma criança pobre escapar dessa situação) ou então o exercício de atividades proibidas (como engraxate), ou até mesmo estar a esmo na rua (prática considerada vadiagem).

A pedagogia e o papel que a escola irá exercer na república são fundamentais na circunscrição da instituição escolar como lugar das crianças, ou pelo menos daquelas privilegiadas por se enquadrarem no referente universal. Nesse sentido, foi estabelecida uma divisão das funções de prevenção educação, recuperação e repressão: para algumas crianças a educação escolar, e, para outras, o aparato médico-jurídico-assistencial (Cf. RIZZINI, 1997, p.29). No início da década de 1900 a infância é diagnosticada como um problema social, em especial por estar associada à pobreza que crescia com o processo de urbanização em diferentes cidades pelo país. Com políticas dirigidas à população pobre sob o viés do controle, ao dividir as crianças a partir da origem social, o destino institucional, se para a escola, reformatório ou orfanato, contribuiu para se criar um abismo entre infâncias privilegiadas e o que se convencionou chamar de menores marginalizados (RIZZINI, 2011).

No entanto, a ambiguidade implícita na presença da criança na rua poderia ser usada de acordo com os interesses representados entre os legisladores. Zelar pela criança era zelar pela ordem pública. Contudo, essas mesmas crianças pobres eram associadas ao aumento da criminalidade nas cidades, o que levava juristas a defenderem a reeducação em detrimento da punição. São os juristas os principais defensores e criadores de casas de correção (RIZZINI, 2011, p.22), pois partiam da premissa de que o adulto do futuro se formava na criança de hoje, exigindo um tratamento jurídico diferenciado.

Data do ano de 1903 a construção do Instituto Disciplinar de São Paulo, instituição pública cujo objetivo consistia em cumprir o Código Penal da República de 1890. Em linhas gerais, o Instituto garantia tratamento diferenciado aos menores considerados inimputáveis até os nove anos de idade, e também entre nove e quatorze anos a depender do tipo de crime cometido sob o critério do discernimento. Ademais, com base na lei nº 844 de 1902 que autorizava a criação do Instituto Disciplinar, a detenção de correção se destinaria aos criminosos menores de 21 anos e também àqueles encontrados na situação de mendicância e vadiagem, se utilizando da “pedagogia do trabalho” nos termos propostos por Marco Antonio Cabral dos Santos (2013). Assim, o hábito do trabalho seria meio de reeducar e, por isso, no Instituto Disciplinar crianças e jovens eram inseridos em atividades agrícolas que lhes ocupavam o dia todo.

No ano de 1911, segundo Sérgio Fonseca (2008), as primeiras oficinas industriais são instaladas no Instituto Disciplinar. Tal ação foi resultado das disputas entre os diferentes campos de

interesse no que dizia respeito às crianças pobres. Nesse sentido, industriais defendiam a educação pelo trabalho. Segundo Esmeralda Blanco de Moura (1991), no ano de 1901 a indústria têxtil de São Paulo contava com número considerável de menores a partir de cinco anos de idade trabalhando na linha de produção, muitas vezes sem remuneração ou com salários irrisórios. Ainda segundo Moura, os dados do Departamento Estadual do Trabalho indicam que no ano de 1912 30% da mão de obra da indústria têxtil paulistana era ocupada por menores.

Num momento que o discurso científico e seus métodos se mostravam como solução para os males sociais, as intervenções do poder público permitiam a classificação das crianças e os lugares destinados a elas. Ao enfatizar o papel do aparato jurídico-assistencial na elaboração de políticas públicas para a infância, Rizzini (1997) aponta o caráter salvacionista destas ações, que pressupunham a ideia de que salvar a criança era salvar o Brasil. Dentro do discurso salvacionista de personalidades como Arthur Moncorvo Filho (1871-1933), médico filantropo, fundador de diversas instituições de proteção à infância, estava a classificação das crianças e suas diferentes “necessidades”. Vale dizer que essas concepções, fortemente cultivadas nesse período, sobre as políticas assistenciais e de proteção à infância, muitas vezes acabavam legitimando uma educação “diferenciada” para as classes mais pobres em detrimento de uma concepção de educação universal⁹.

As reformas da cidade e as das crianças se entrelaçavam nas falas dos legisladores, sendo os resultados destas decisões sofridos e sentidos de maneiras distintas nos diferentes espaços que compunham São Paulo. Nesse sentido, a produção de uma cidade moderna exigia privatizar as crianças, seja nas instituições de correção seja na família, de modo que com a defesa da instrução pública e o estabelecimento dos grupos escolares em São Paulo, a presença infantil nas ruas foi legitimada fundamentalmente para os deslocamentos cotidianos rumo à escola. Na efervescência de repensar o papel das instituições voltadas aos cuidados e educação das crianças, a proposta da creche surge como uma opção às mães pobres e trabalhadoras. No ano de 1902, Manuel Vitorino, ex vice-presidente da república, afirma ser a Roda de Expostas uma condenação à morte para as crianças. Por isso, diante da ausência de lei ou instituição que protegesse a primeira infância no Brasil, a creche seria a melhor opção para as “mães honestas e trabalhadoras” (FALEIROS, 2011, p.37). Em oposição aos internatos, a defesa ocorria no sentido de instituições que permitissem o ir e vir diário de crianças aos cuidados de lugares que realizassem a assistência e instrução sem cortar o laço materno, o que garantiria a moralização da mulher no exercício da maternidade. Defesa semelhante estava na fala do vereador Armando Prado, referente à escola pública para as crianças pobres onde estas também estariam livres do regime de internato e se deslocariam diariamente às escolas. Ressalto que são as mudanças de concepções sobre os cuidados necessários às crianças e as expectativas sobre seu futuro que proporcionaram uma nova relação com o espaço urbano (deslocamento cotidiano rumo à escola) que não se confundiria com a vadiagem e a perturbação da ordem pública.

Se para camadas privilegiadas a condição de transeunte na cidade se apresentava como algo a ser desfrutado, a presença de suas crianças nas calçadas era motivo de preocupação, pois elas deveriam estar protegidas dos perigos da rua. Já para as crianças das camadas sociais desfavorecidas, os usos da cidade correspondia em certa medida àqueles destinados à sua classe social, em que a rua e a calçada se figuravam como lugar de acesso à atividade econômica.

A fim de refletir sobre esta perspectiva, apresento uma última discussão consultada nas Atas da Câmara, referente aos serviços prestados pela Companhia *Light and Power* por meio dos bondes. Tal discussão diz respeito aos ritmos dos corpos das crianças e suas marcas na cidade em relação direta com a presença dos bondes nas ruas. A empresa, também conhecida como *Light*, foi fundada no ano de 1899 no Canadá e no mesmo ano obteve autorização para atuar em São Paulo nos serviços de distribuição de energia e transporte. No ano de 1901 iniciou-se a substituição dos bondes movidos a tração animal pelos elétricos, o que ocasionou um grande impacto no ritmo da cidade e na sua ocupação territorial.

⁹ Vale destacar que no período denominado Primeira República, a união se responsabiliza pela educação no Distrito Federal, cabendo aos estados autonomia para organizar a instrução primária. Os projetos para uma educação pública ainda se delineavam e São Paulo realiza no ano de 1892 uma reforma que cria os grupos escolares, dividindo alunos em séries, baseado no método intuitivo e com a figura do diretor de escola.

No ano de 1907 os vereadores Silva Telles e Celso Garcia assumiram uma discussão referente às tarifas empregadas pelos bondes na cidade. O valor de 200 réis poderia estar entre as mais caras do mundo, o que descumpria a precisão de passagens mais baratas a crianças e operários presentes no contrato de concessão do serviço. Partindo desta informação, Celso Garcia ao analisar o contrato da *Light* em São Paulo se disse assombrado com as grandes concessões feitas à empresa, e considerava “escandaloso” o termo mais justo para definir a relação entre público e privado na oferta do transporte por bondes na cidade.

Fazendo uso da comparação para evidenciar a relação perniciosa entre público e privado na oferta de serviços pela *Light*, Celso Garcia discorre sobre o exemplo da cidade de Montevidéu, capital do Uruguai, e suas impressões ao visitá-la. Com interesse em saber da relação dos estudantes com o transporte por bondes o vereador relatava uma situação vivenciada no bonde quando um menino retira do bolso uma passagem vista pelo condutor. Sem compreender a situação, Celso Garcia fora informado que as companhias de transporte naquela cidade costumavam fornecer um cartão a preço irrisório para que os alunos pudessem transitar livremente nos bondes. Enxergando excesso de “liberalidade”, relatava o vereador que “quer os alumnos vão para a escola, quer voltem, quer passeiem, de dia ou de noite, ou por simples diversão aos domingos ou dias feriados, este cartão é sempre válido.” Inspirado pela experiência vivida na capital do Uruguai, o vereador denuncia a redução de 25% na passagem para estudantes como algo “ridículo” e compara com a cidade do Rio de Janeiro onde a redução chegaria a 50%.

Nesse sentido, os debates entre os legisladores sobre a redução de preço, ou até mesmo a gratuidade, das passagens para as crianças pressupunham uma concepção de criança fora do mercado de trabalho, daí a necessidade de redução, ou isenção, do custo do serviço do bonde. A compreensão da condição da criança como dependente da família, significa o adiamento de sua entrada no mercado (e o interesse econômico sobre seus ganhos monetários) em prol de uma educação escolar. Isso significa o aumento do afeto e do cuidado dedicado às crianças de grupos privilegiados, ou seja, justamente dos grupos em que as crianças não precisam trabalhar.

Previendo a frequência diária na escola e o direito à cidade para além do acesso às instituições de instrução, Celso Garcia relaciona o uso do espaço urbano com a educação das crianças

Admira-me até que o representante da municipalidade de S. Paulo pudesse acquiescer a uma violação tão clara de um contracto innocuo, estorquido á municipalidade, quando vemos que em toda parte essa reduçção é tão grande, tão grande que a passagem é quasi gratuita para a infância que se educa! (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1907b)

O direito a fazer uso dos bondes como forma não apenas de acessar a escola previa que a cidade também seria espaço de participação para as crianças. No entanto, como indicado na fala de Celso Garcia, a redução, ou mesmo gratuidade, do preço da passagem deveria atingir a “infância que se educa”. Essa não era a condição da maioria das crianças em São Paulo, pois a mão de obra infantil era empregada em larga escala nas indústrias.

Dessa forma, os debates na câmara municipal demonstram a questão dos usos dos bondes como sintoma de sentimentos que surgem em São Paulo num contexto tão peculiar do seu processo de urbanização. Educar as crianças em escolas públicas num modelo que fortalecesse os vínculos familiares e os valores de ordem e progresso da república parecia pressupor que elas também se sentissem parte do “todo orgânico” da cidade, defendido pelo Conselheiro Antonio Prado. Se fora dos bondes elas poderiam ser obstáculos ao livre trânsito das máquinas nas ruas, dentro dos bondes as crianças se educariam para a vida na cidade.

Detentora do monopólio sobre a prestação de serviços públicos fundamentais como transporte, energia e telefone, a *Companhia Light and Power* exercia papel fundamental no direcionamento da urbanização da cidade. Os danos causados pela *Light* sobre o processo de urbanização de São Paulo produziram, ao criar estações em lugares distantes, “bolsões desconexos, espaços discriminados, fluxos saturados e um pavoroso cemitério esparramado de postes e feixes de fios pendurados” (SEVCENKO, 2003, p.122). Por isso, diante dos problemas que se apresentavam

como resultado da ineficácia dos serviços prestados, a *Light* tornou-se alvo de constantes reclamações na Câmara Municipal, em especial por Celso Garcia. No ano de 1909, quando se discutia a renovação da concessão à empresa, o prefeito surpreende a todos legisladores dando parecer contrário. Esse parecer foi revogado pela Comissão de Justiça da Câmara de Vereadores e, assim, prosseguiu-se o monopólio da empresa estrangeira. Segundo Nicolau Sevcenko, tal situação gerou revolta entre estudantes e operários que se manifestaram exigindo o fim do monopólio na prestação de serviços essenciais à manutenção da vida no espaço urbano. Em um exercício de imaginação, fundamentado nos documentos pesquisados¹⁰, talvez seja possível cogitar que as crianças estivessem presentes num movimento de contestação e luta pelo direito à cidade.

Consideração Finais: Logradouros para pensar

Ao recorrer a logradouros como a rua e a calçada, o objetivo do texto foi estabelecer uma relação entre a presença de crianças no espaço público e o processo de urbanização da cidade a partir de fonte documental pouco consultada quando se trata da temática abordada. Pesquisar sobre as crianças a partir da perspectiva dos legisladores da cidade se mostrou como meio profícuo para se compreender presenças e ausências num contexto de intensas reformas urbanas em São Paulo. O que alguns dos recortes realizados entre as Atas da Câmara evidenciaram ao longo do artigo diz respeito às disputas sobre o espaço público urbano, que nas entrelinhas de interesses políticos e econômicos escondiam desejos e medos quantos às crianças e o modo como poderiam desfrutar a vida na cidade. Desse modo, para prosseguirmos pensando no espaço público e a presença das crianças como direito à cidade, finalizo com as belezas contidas nas palavras de Ítalo Calvino

É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (CALVINO, 2003, p.46)

Referências

BARBUY, Heloisa. **A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo. 1860-1914.** São Paulo: Edusp, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis.** Rio de Janeiro; São Paulo: Editora O Globo; Folha de São Paulo, 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata de sessão 20 de jul. 1907^a.

_____. Ata de sessão 26 de out. 1907b

_____. Ata de sessão 29 de out. 1910

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I. & PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

¹⁰ Jacob Penteado faz menção a uma greve organizada por ele, à época com dez anos de idade, e seus pequenos colegas de trabalho no ano de 1910 na fábrica de vidro diante do atraso no pagamento dos salários. (PENTEADO, 2003, p.113)

FONSECA, Sergio. A regeneração pelo trabalho: o caso do instituto disciplinar em São Paulo (1903-1927). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.33, 2008.

FREHSE, Fraya. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre/RS, v.16, n.1, 2016.

MOURA, Esmeralda Blanco. Infância operária e acidente de trabalho em São Paulo. In: PRIORE, Mary del. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910: retrato de uma época**. São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

PERROT, Michelle. **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. V.4

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, I. & PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1914**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Crianças e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin Companhia, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Recebido em 06 de março de 2020.

Aceito em 18 de fevereiro de 2021.